

Arquitectos nos bairros autoproduzidos: renovar as práticas nas margens da cidade e à margem da profissão

Marie Segonne^a

Resumo

Uma parte crescente da população mundial encontra nos bairros autoproduzidos uma solução adaptada aos seus recursos e necessidades. Apesar de serem construídos à margem do planeamento urbano, estes bairros despertam o interesse de arquitectos e urbanistas desde há décadas. Alguns deles desenvolvem projectos alternativos para a melhoria das condições de vida *in situ*, tentando assim transformar uma parte da cidade autoconstruída. A partir de três casos de estudo em França, propomos uma análise crítica dessas iniciativas na perspectiva do direito à cidade preconizado por Lefebvre.

Palavras-Chave

Bairros autoproduzidos; Arquitectura alternativa; Autoconstrução; Direito à cidade.

Abstract

A growing part of the world's population finds in self-produced neighbourhoods a solution adapted to their resources and their needs. Despite their independence from urban planning, these neighbourhoods attract the interest of architects and urban planners since decades. Some of them develop alternative projects to improve living conditions *in situ*, thus trying to transform a part of the city built without them. We propose a critical analysis of these initiatives from the perspective of the right to the city advocated by Lefebvre, based on three cases study in France.

Keywords

Self-produced neighbourhoods; Alternative architecture; Self-construction; Right to city.

Introdução

Enquanto os cidadãos mais pobres enfrentam formas de exclusão socioespacial (de la Rocha *et al.*, 2004), parte deles encontram nos bairros autoproduzidos uma maneira de compensar a falta de habitação adaptada aos seus recursos e às suas necessidades. A persistência e o desenvolvimento massivo desta forma de habitat a nível mundial salientam o fracasso do planeamento urbano e do sector da construção perante a procura de habitação que acompanha a urbanização crescente. Apesar de construídos à margem do planeamento urbano, os bairros autoproduzidos despertam o interesse dos arquitectos e urbanistas desde há décadas. John Turner (1976), um dos pioneiros, salientou os benefícios da auto-organização e da autoconstrução. Ao lado de sociólogos e antropólogos, tais como William Mangin (1967), contribuiu para subverter as representações associadas a esses bairros e renovar a abordagem desenvolvida por organizações internacionais (Valladares, 1987). Esta mudança

influiu várias intervenções pelo mundo, nomeadamente o Serviço de Apoio Ambulatório Local criado em Portugal em 1974 (Ascensão, 2013).

Desde então, os debates internacionais mudaram numa injunção à erradicação dos bairros autoproduzidos, em favor da melhoria *in situ* (Deboulet, 2016). Arquitectos de várias países desenvolvem iniciativas neste sentido. Visando reduzir injustiças espaciais e implicar os cidadãos na construção da cidade, procuram transformar uma parte da cidade que se constrói sem eles. Parte-se da hipótese que, resultantes de outro modo de produção do espaço, os bairros autoproduzidos são terrenos favoráveis à implementação de práticas alternativas, usando neste sentido a noção de direito à cidade como ferramenta de análise dessas iniciativas.

Desde a publicação do Direito à Cidade em 1968 (Lefebvre, 1972 [1968]), o conceito foi amplamente reutilizado, com várias interpretações e, por vezes, de modo abusivo (Schmid, 2012). Mobilizaremos o direito à cidade mediante duas vertentes principais: o “direito à obra” e o “direi-

^a Arquitecta e estudante de doutoramento em Sociologia da Universidade Paris VIII, no centro de investigação LAVUE (equipa ALTER), sob a orientação de Agnès Deboulet. E-mail: marie.segonne@outlook.com

to à apropriação” (Lefebvre, 1972 [1968]: p.140). Estas noções partem do entendimento da participação significativa dos moradores nas decisões que influenciam a produção do espaço (Purcell, 2009) e o direito a “habitar” no sentido de “participar na vida social, numa comunidade” (Lefebvre, 1972 [1968]: p.25). Considerando, na linha do Lefebvre (1974), que a produção de outro espaço requer outro modo de produção, este artigo centra-se nas práticas, mais do que os projectos realizados.

Baseia-se numa investigação¹ desenvolvida em 2017 e 2018, sobre os arquitectos que trabalham nos bairros autoproduzidos de França. Assenta na observação participante de três experiências, registadas e objectivadas num diário de campo, bem como na realização de onze entrevistas: seis foram realizadas com protagonistas das experiências observadas e as restantes cinco a arquitectos fora dos casos de estudos, que também trabalham nos bairros autoproduzidos de Ile-de-France.

A intervenção dos arquitectos no contexto francês

Em França, segundo o relatório da *Fondation Abbé Pierre*², cerca de 17 500 pessoas moram em bairros autoproduzidos. Estes cidadãos sofrem, em média, um despejo a cada três ou quatro meses. As regulares evacuações dispersam os moradores no território, fragmentam as suas redes sociais e dificultam a escolarização das crianças (Fassin *et al.*, 2014). Associações alertam para as condições de vida extremamente precárias e para os desafios sanitários associados. Neste contexto, alguns actores do terceiro sector, tais como *Médecins du Monde*, saem dos seus campos de acção originais para melhorar as condições de vida nestes bairros.

Desde os anos 2010, vieram juntar-se arquitectos que se opõem aos despejos e fazem vários projectos de melhoria *in situ*. No entanto, a ausência de autorização de construção e a instabilidade do estatuto residencial destes bairros restringem as oportunidades de acção num enquadramento convencional, *a fortiori*, de uma profissão regulamentada³. Neste sentido, para desenvolver estes projectos, os arquitectos geralmente intervêm como associação e/ou como académicos, mas não na qualidade de arquitectos no sentido da lei. Em certos casos,

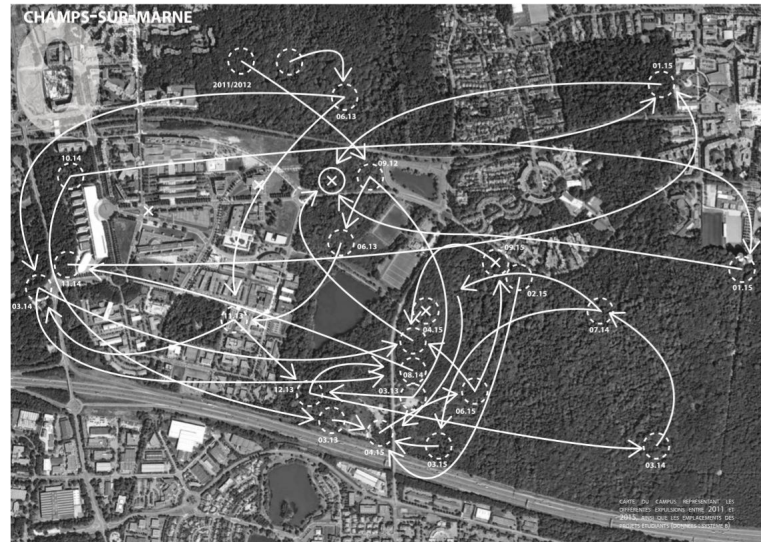


Imagem 1 - Mapa dos despejos identificados por Systeme B entre 2011 e 2015
Fonte: T. Nantier, N. Bailly, 2018

na sequência desses projectos alternativos, os arquitectos têm acesso a encomendas profissionais para centros de alojamento. Trata-se de um envolvimento nas questões de precariedade urbana, na continuidade de várias acções percebidas pelos actores como prosseguindo um mesmo objectivo (Becker, 1960). Se estas encomendas apresentam continuidade com anteriores projectos desenvolvidos pelos actores envolvidos (arquitectos, associações ...) e as populações beneficiárias, contudo elas marcam a transição de uma prática militante para uma prática profissional. Por consequência, os projectos entram neste enquadramento com regulamentação específica, alterando as modalidades de concepção e de construção.

Os três casos de estudo localizam-se em Champs-sur-Marnes e Stains, dois municípios nos subúrbios de Paris, e reflectem esta diversidade de quadro de acção: universitário, associativo e profissional.

Bidonvilles et habitats précaires: uma disciplina académica

Em Champs-sur-Marnes, o primeiro caso de estudo corresponde a uma disciplina da *École d'Architecture de la Ville et des Territoires de*

¹ « *Les architectes face aux bidonvilles d'aujourd'hui : entre pratique militante et exercice professionnel* », tese de mestrado em sociologia na universidade Paris 8, sobre a orientação de Agnès Deboulet.

² A *Fondation Abbé Pierre* é uma fundação direccionada para a habitação dos desfavorecidos, de reconhecido interesse público. Cada ano publica um relatório detalhado sobre as deficiências da habitação em França.

³ Em França, a profissão do arquitecto é regulamentada pela Lei de 3 de Janeiro de 1977.



Imagem 2 - Caminho novo para entrar no bairro

Fonte: M. Segonne, 2018

Marne-la-Vallée denominada *Bidonvilles et habitats précaires*⁴ (BHP). É constituída por duas cadeiras opcionais. A primeira combina aulas teóricas, visitas de estudo e atelier de projecto. Durante as visitas organizadas aos bairros perto da escola (num raio de 800 metros), os estudantes encontram os moradores e realizam propostas em pequenos grupos. O segundo curso é um workshop de uma semana, onde os grupos constroem as propostas. Cada grupo é livre de trabalhar sobre um tema à sua escolha e os projectos podem ser feitos nos próprios bairros ou no campus universitário.

Durante o workshop em 2018, sete propostas foram realizadas: 1) um grupo realizou um caminho em gravilha para se chegar às casas e construíram caixas de correio e de doações na via pública (Imagem 2) ; 2) outros estudantes trabalharam sobre o conforto térmico e propuseram combustíveis para fogões feitos com cartão reciclado no campus, para substituir as árvores cortadas na floresta; 3) um grupo realizou um chuveiro; 4) dois grupos trabalharam sobre as relações e intercâmbios entre os moradores e os outros utilizadores do campus em torno da cultura; 5) o primeiro grupo construiu um suporte de projecção móvel, de forma a se organizarem sessões de cinema na escola e no bairro; 6) o segundo grupo colocou caixas de troca de DVDs e de livros em diversos lugares do campus; 7) o último fez uma exposição itinerante que tinha como objectivos dar maior visibilidade à questão dos bairros autoproduzidos em França e promover as iniciativas

desenvolvidas na BHP.

Ao longo deste processo, participei nas duas cadeiras enquanto estudante independente, realizei três entrevistas com estudantes e tive várias conversas informais com os intervenientes e os alunos da turma. Para além disso, consultei os diários de bordo dos vários grupos desde a criação da disciplina em 2015.

Escola de *Système B* : um projecto militante

A disciplina BHP baseia-se na prática militante da associação *Système B comme bidonvilles*⁵. Criada por três arquitectas, os seus objectivos são dar a conhecer e mudar as representações sobre os bairros autoproduzidos, assim como melhorar as condições de vida dos moradores. Assim, a disciplina e a associação perseguem os mesmos objectivos, trabalhando no mesmo território e envolvendo parcialmente os mesmos actores, sejam eles moradores ou arquitectos. Duas das fundadoras da *Système B* leccionam na disciplina BHP, facilitando o encontro entre os moradores e os alunos, e vários estudantes participam enquanto voluntários nos projectos da associação. No entanto, a disciplina e a associação diferenciam-se pelos projectos produzidos. A *Système B* não está sujeita ao calendário universitário, tendo por isso mais liberdade relativamente às instituições, e aceita correr mais riscos, nomeadamente em relação aos poderes públicos, o que lhe permite realizar maior projectos e prosseguir com intervenções nos bairros mais precários apesar das pressões da câmara.

Desde 2016, a associação desenvolveu um projecto de escola para a organização de oficinas de pré-escolarização das crianças e aulas de línguas. Um primeiro edifício foi construído e usado durante seis meses, até à sua demolição por ordem da câmara. Em resposta, as arquitectas mudaram a forma de conceber o projecto. Enquanto construíram a primeira escola para ter uma maior durabilidade, desenharam a segunda para ser desmontada e montada de novo à medida que decorriam os despejos. Os membros da associação, pré-fabricaram a escola durante o Verão de 2017 em Saint-Denis, antes de a colocar in situ em Novembro. Três meses depois, a escola foi destruída pelas forças de segurança.

Neste projecto, participei na instalação da segunda escola enquanto voluntária (Imagem 3) e realizei uma entrevista com uma arquitecta co-fundadora da associação e professora da disciplina BHP.

⁴ Bairros de lata e habitações precárias.

⁵ Sistema B como Bairro de barracas

O Mesnil : uma encomenda profissional

O terceiro caso é um projecto de realojamento temporário *in situ* no quadro de uma encomenda clássica. Em Stains, há uma grande área de hortas familiares, cujas barracas de arrumos são, em parte, residências principais. É neste contexto que a associação les *Enfants Du Canal*⁶ (EDC) leva a cabo um projecto-piloto, o Mesnil, permitindo acompanhar as famílias que ali moram num processo de inserção. O projecto consiste em realojar os moradores em casas condignas *in situ* durante período definido. Neste período, a associação trabalha com os moradores sobre o acesso aos direitos comuns, ao emprego e à solução de alojamento perene e adequada.

Para a construção das casas temporárias (Imagem 3), a associação associou-se ao atelier de arquitectura e urbanismo Oboh. Esta encomenda profissional surge na sequência de uma primeira colaboração, fora do âmbito profissional, entre a EDC e uma das duas arquitectas associadas. Uma delas já participou em diversos projectos militantes de melhoria das condições de vida *in situ*. No início de 2017, a associação e o atelier de arquitectura trabalharam juntos na programação do edifício. O projecto foi dividido em duas fases: na construção dos espaços comuns e depois nos alojamentos. A obra iniciou em Maio de 2018 e, quando estiver terminada, o Mesnil poderá acolher trinta famílias ao mesmo tempo.

Trabalhei sete meses enquanto arquitecta no atelier responsável pelo projecto de realojamento. Nessa altura, participei nas fases de execução das áreas comuns e de estudo prévio, licenciamento e execução das casas temporárias. Também realizei duas entrevistas com a arquitecta referida com um intervalo de seis meses.

Assim, os três casos escolhidos permitiram observar as diferenças e semelhanças entre iniciativas universitárias, associativas e profissionais, bem como destacar as circulações das práticas alternativas e o modo como se renovam no quadro de uma encomenda clássica.

Privilegiar o processo ao objecto

Globalmente, os projectos desenvolvidos nos bairros espontâneos podem diferir quanto à sua natureza (programa, escala de intervenção, tipo de construção), ao enquadramento em que se desenvolvem e aos actores envolvidos. Mas,



Imagem 3 - Estaleiro da escola

Fonte: <https://systemebidonville.com/> 2017

Imagem 4 - Construção do Mesnil

Fonte: <http://archioboh.tumblr.com/> 2019

⁶ “As crianças do canal” é uma associação criada após a ocupação do Canal Saint-Martin, durante o Inverno de 2006-2007, para chamar a atenção sobre as condições de vida dos sem abrigo.

geralmente, os arquitectos consideram esses projectos iguais. Salientam que fazem uma “arquitectura processo”, em oposição à “arquitectura objecto”, na qual o caminho até ao projecto tem mais relevância do que o objecto em si. Esta abordagem alternativa tem a sua origem numa sensação de perda de sentido da profissão.

Uma perda de sentido na prática clássica da profissão

Como recorda Purcell (2002), o direito à cidade é sobretudo uma zona de resistência à hegemonia neoliberal, que destrói o espaço social, mas também a prática da arquitectura (La Cecla, 2008). Enquanto o atelier é a forma privilegiada para exercer esta profissão (Chadoin, 2013), as entrevistas salientam um discurso recorrente oposto ao atelier clássico. Esta recusa faz eco a uma tendência contemporânea face aos colectivos, ligada a uma nova geração de arquitectos, chamada “geração Z” (Ferreira, 2014: p.29-30; Moreira, 2010). Para os autores, esta propensão resulta de uma desilusão em relação à profissão.

Os estudantes e os jovens profissionais denunciam as más condições de trabalho quando os arquitectos começam a trabalhar. A quantidade de horas extraordinárias (muitas vezes não pagas), a compartimentação das tarefas e o tempo passado em frente de um computador são os principais factos postos em causa. Também a precariedade do emprego está muito presente, apesar de não ser evocada directamente. Entre os arquitectos inquiridos durante a investigação, todos os licenciados nos anos de 2010, com excepção de um, trabalham num atelier com o estatuto *auto-entrepreneur*⁷.

Os arquitectos mais antigos que, muitas vezes, já estão no comando de um atelier, lamentam as condições do exercício da profissão:

“Quando somos arquitectos, em geral, é que queremos melhorar as coisas, melhorar a vida das pessoas... Globalmente, a arquitectura está feita, especialmente na habitação, para melhorar a vida das pessoas têm de acordar muito cedo” (entrevista⁸, 2017).

Este extracto testemunha o desfasamento entre as representações que os arquitectos têm do seu papel na sociedade e a realidade da pro-

fissão. Por um lado, a procura da rentabilidade levou a uma optimização da construção à custa da qualidade dos projectos. Constrangimentos normativos significativos pesam sobre a profissão, tendendo a tornar o que é pertinente impossível (Champy, 2009). No Mesnil, por exemplo, um projecto efémero estava a ser desmontado após dois anos de uso, tendo havido a oportunidade de ir buscar materiais de marcenaria e electricidade. Mas o material de marcenaria não cumpria os novos padrões de qualidade ambiental que surgiram pouco tempo antes e, para a instalação eléctrica, as empresas recusaram o uso desse material. Estas são responsáveis pelo seu trabalho durante dez anos após a entrega do edificio e não quiseram pôr em risco a sua responsabilidade jurídica pela utilização de materiais reutilizados.

Assim, na maior parte das vezes, os entrevistados vão buscar o sentido perdido na arquitectura convencional fora do enquadramento clássico da profissão e nas margens da cidade planeada. A precariedade dos bairros autoconstruídos aproxima-se da vocação social e política do arquitecto, que domina as representações dos entrevistados. Ao mesmo tempo, a sua alteridade e a sua liberdade relativamente aos padrões deixa antever outros modos de produzir o ambiente urbano.

Maitrise d’œuvre, maitrise d’ouvrage, « maitrise d’usage »

A arquitectura é legalmente organizada em torno do tríptico *maitrise d’ouvrage – maitrise d’œuvre*⁹ – empresas, distinguindo assim a encomenda, da concepção e da construção. A investigação sobre a evolução da profissão mostra uma complexificação da divisão tripartida (Chadoin, 2013). As encomendas públicas, tal como as privadas, mudam e envolvem um número crescente de actores em missões cada vez mais específicas (Biau et Tapie, 2009) colocando assim os utilizadores no final da cadeia. Em contraste, os arquitectos entrevistados salientam o envolvimento dos moradores nos seus projectos. Eles falam de “*maitrise d’usage*”¹⁰ para reconhecer as competências dos utilizadores ao mesmo nível da *maitrise d’œuvre* e da *maitrise d’ouvrage*.

Para Lefebvre (1972 [1968]: p.105), a verdadeira participação chama-se “autogestão”. Nos bairros autoproduzidos, os arquitectos colocam

⁷ Equivalente ao recibo verde em Portugal.

⁸ Todas as entrevistas foram anónimas.

⁹ A *maitrise d’ouvrage* é o mandatário. A *maitrise d’œuvre* designa as pessoas que desenham o projecto (arquitectos, engenheiro) e fazem a interface entre o mandatário e as empresas.

¹⁰ Literalmente “Controlo do uso”.

as suas competências profissionais ao serviço de uma população que já tem o que Jean-Pierre Olivier de Sardan (1995) chama de “conhecimentos técnicos populares”, dado que eles próprios produzem os bairros onde moram. Neste âmbito, parece-nos difícil recorrer à noção de autogestão. Por isso, consideramos a participação como o facto de ter uma voz significativa nas decisões que produzem o espaço urbano (Purcell, 2009).

Mesmo assim, a participação é muito matizada. No caso da disciplina BHP, os estudantes encontraram os moradores e, até certo ponto, determinaram o programa com eles. Segundo os grupos, distinguem-se duas abordagens. No primeiro caso, os estudantes tomaram conhecimento da situação com os moradores, estabeleceram um diagnóstico e fizeram uma proposta com base neste. É o caso, por exemplo, do caminho em gravilha que foi planeado em reacção a várias reclamações sobre a dificuldade em manter as casas limpas por causa da lama. No segundo caso, as propostas foram escolhidas através de um processo de codecisão, tal como o chuveiro, que resulta de uma demanda direta dos moradores. No entanto, a maior parte dos grupos fizeram o próprio desenho dos projectos sem os moradores. Os diários de bordo e as entrevistas mostram que voltaram pouco ao bairro durante a concepção por falta de tempo, mas também por desconforto relacionado com a posição de ajuda. Uma estudante explica:

“Não nos atrevamos muito por não os querer incomodar e ao mesmo tempo faz-se isso para os apoiar e ao mesmo tempo não se quer ter a posição de eu sei fazer, então vou fazer algo muito fixe e afinal é... Sabes...” (entrevista, 2018)

Esta aparente contradição entre incómodo e apoio resulta de uma abordagem que consiste em “*aller vers*”¹¹ (Gardella et Cefai, 2011: p.19), onde a intervenção é motivada pela potencial necessidade da vítima, mais do que o seu pedido explícito.

No caso de Système B, as observações, concentradas no tempo da montagem, não permitem avaliar a participação dos moradores nas decisões. No entanto, a associação trabalha sobre o mesmo território e com as mesmas pessoas desde há vários anos, o que leva a acreditar que o projecto é, pelo menos, baseado num conhecimento profundo do contexto.

No caso do Mesnil, a inscrição do projecto numa encomenda clássica de arquitectura colo-

ca a *maîtrise d’ouvrage* (EDC) numa posição de intermediária entre os moradores e as arquitectas. A associação contracta as arquitectas e atribui as casas construídas aos moradores. Várias oficinas foram realizadas para estabelecer o programa e organizar o sítio. Estiveram presentes as arquitectas, trabalhadores sociais e trabalhadores *pairs*¹² de EDC, bem como os voluntários *Romcivic*. É um programa de inserção social organizado por EDC, destinado aos jovens que moram ou moraram nos bairros precários. Durante o voluntariado, eles ajudam os trabalhadores no acompanhamento dos outros moradores. Assim, nessa primeira fase, os futuros moradores do Mesnil foram representados pelas trajectórias pessoais dos voluntários *Romcivic*, mas não foram directamente envolvidos.

Depois disso, as arquitectas continuaram a propor workshops para projectar com os moradores. Mas a associação, que se disse favorável ao envolvimento dos moradores, por fim não permitiu a organização de outra oficina, alegando: não terem tempo, as reivindicações dos moradores serem muito específicas e não se adequarem a alojamentos temporários, etc. Argumentos semelhantes já foram observados por outros investigadores em projectos participativos (Rabinovich, 2013). Para além disso, uma das arquitectas já tinha organizado um workshop com moradores para outro projecto da mesma associação, mas dessa vez inscrito no âmbito de um voluntariado, o que leva a acreditar que as reticências observadas não abrangem uma postura própria da associação, mas mais um posicionamento ligado ao contexto de projecto: uma encomenda profissional, ou seja, uma relação comercial.

Assim, quer na BHP, quer no Mesnil, os projectos são desenhados em grande parte sem os moradores, confirmando o facto de que os projectos participativos não são sempre *bottom up* (Raposo et al., 2016). Mesmo se o estabelecimento do programa faz parte do trabalho dos arquitectos, o desenho fica no coração da profissão. O facto da participação ser minimizada nesta fase, pode ser interpretado como uma dificuldade dos profissionais em delegar as decisões associadas aos conhecimentos que reivindicam, como já mostraram investigações em outros países (Philifert, 2013).

“Pensar” e “fazer” o projecto

Em contraste com a baixa participação no desenho, em várias iniciativas observadas ou evocadas nas entrevistas a construção é a fase com

¹¹ Literalmente “ir para”.

¹² Os trabalhadores *pairs* são antigos sem-abrigo agora assalariados da associação, que fazem parte de um programa de inserção social.

maior envolvimento dos moradores e torna-se um verdadeiro momento de encontro em volta do “fazer”. Enquanto a *mâtrise d’oeuvre* e a construção são juridicamente da responsabilidade de actores dissociados, os arquitectos entrevistados querem “pensar” e “fazer” o projecto. Esta vontade surge na sequência do movimento *makers* surgido na década 2000. O movimento *makers* é caracterizado por uma visão estimulante do “fazer” e pela sua relação com o trabalho, que se traduz “numa prática produtiva que encontra em si própria o seu próprio fim” (Lallement, 2015: p.23). Este movimento acaba com as antigas representações do trabalho baseado no ascetismo e no sofrimento (*idem*: p.99) e concordam assim com a oposição à ideologia productivista que atravessa a obra de Lefebvre. O autor afirma a necessidade de actividades criativas, de obra, de imaginário e de encontro (1972 [1968]: p.107-108), necessidade essa que, de certa forma, encontra uma resposta na prática do “fazer”.

Vários entrevistados consideram as obras como um tempo de convívio e salientam simultaneamente uma aprendizagem pelo fazer e um prazer de fazer. Cinco dos seis entrevistados que leccionam em escolas de arquitectura desenvolvem pedagogia do fazer. Fora da universidade, o estaleiro também é considerado um tempo de formação. Vários arquitectos solicitam organismos certificados para fazer “obra de inserção”, um dispositivo que permite, ao mesmo tempo, a formação e o emprego de pessoas precárias.

Muitas vezes, a construção é acompanhada de momentos festivos com os vários actores. Nos casos da BHP e da *Systeme B*, as crianças juntam-se espontaneamente nas obras *in situ* e os adultos presentes dão uma mão, emprestam as ferramentas ou trazem o café. Os homens, acostumados a construir barracas, comentam as técnicas usadas, salientando assim ironicamente a sua maior experiência. Para os estudantes entrevistados, estes encontros constituem uma das maiores aprendizagens de BHP.

Nas encomendas clássicas, a efervescência ligada ao “fazer” encontra-se sob outras formas. Os projectos são geralmente adaptados às pequenas empresas de construção, favorecendo assim o trabalho manual à grande indústria. É o caso do Mesnil, para o qual os elementos foram dimensionados de acordo com as capacidades e as competências de pequenas empresas parceiras. O estaleiro é considerado um lugar e um tempo de partilha, permitindo congrega os diversos actores e cidadãos. No Mesnil, por exemplo, a fim de abrir o estaleiro aos futuros moradores, tal como aos vizinhos, e para iniciar a apropria-

ção do sítio, diversos eventos festivos, visitas e oficinas criativas foram propostos ao mandatário e às empresas. Esta postura é inspirada, em grande parte, por outras experiências nas quais as arquitectas participaram com outros colectivos, como PEROU, Constructlab o EXYZST.

Assim, a prática do “fazer” atende as vertentes social e psicológica (Crawford, 2011) do direito à cidade (desenvolvimento pessoal, prazer...), não só para os moradores, mas sobretudo para os arquitectos. O estaleiro, com a sua temporalidade e as oportunidades que traz (encontro, formação, emprego...), pode encarnar as cidades efémeras e as centralidades móveis evocadas por Lefebvre (1972 [1968]: p.121).

Para concluir, é difícil encarar as intervenções referidas como expressão do direito à cidade pelos cidadãos porque são em grande parte iniciadas e controladas pelos profissionais. Mas, considerando que uma resistência eficaz à neoliberalização requer intervenções em vários registos e escalas (Purcell, 2009), parece-nos que o desafio dessas iniciativas se situa mais na reivindicação dos arquitectos do seu próprio direito à cidade, enquanto a hegemonia neoliberal produz uma alienação do trabalho e conduz os profissionais a se afastarem de toda a vocação social. Através destas experiências, os arquitectos tomam o controlo da sua prática, na vontade de a tornar mais humana, mais interactiva e mais gratificante.

Referências bibliográficas

- Ascensão, Eduardo (2013), “Following engineers and architects through slums: the technoscience of slum intervention in the Portuguese-speaking landscape”, *Análise Social*, 206, p. 154-180.
- Becker, Howard (1960), “Notes on the Concept of Commitment”, *American Journal of Sociology*, 66, p. 32-40.
- Biau, Véronique ; Tapie, Guy (dir.) (2009), *La fabrication de la ville: métiers et organisations*, Marseille: Éditions Parenthèses.
- Chadoin, Olivier (2013), *Etre architecte: Les vertus de l’indétermination. Une sociologie du travail professionnel*, Limoge: Presses universitaires de Limoge.
- Champy, Florent (2009), *La sociologie des professions*, Paris: PUF.
- Crawford, Margaret (2011), “Rethinking «Rights», «Rethinking Cities»: A Response to David Harvey’s «The Right to the City»”, *The Right to the City, Sydney: Tin Sheds Gallery*, p. 33-37.

- Deboulet, Agnès (2016), “Introduction. Rethinking Precarious Neighborhoods. Knowledge and recognition”, In Agnès Deboulet (org.), *Rethinking Precarious Neighborhoods*, Paris: Études de l’AFD, p. 9-35.
- Fassin, Éric ; Fouteau, Carine ; Guichard, Serge ; Windels, Aurélie, (2014), *Roms & riverains: une politique municipale de la race*, Paris: La Fabrique éditions.
- Ferreira, Ana Catarina de Sousa Louro (2014), *As iniciativas de intervenção local dos arquitetos: oportunidades de inovação sócio-territorial? Estudo de caso na Cova do Vapor*, Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE.
- Gardella, Edouard ; Cefai, Daniel (2011), “La morale de l’urgence sociale. Une enquête au Samu social de Paris”, *Empan*, 84, p. 18-24.
- Harvey, David (2012), *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*, Nova Iorque: Verso.
- La Cecla, Franco (2008), *Contro l’architettura*, Torino: Bollati Boringhieri.
- Lallement, Michel (2015), *L’Âge du faire. Hacking, travail, anarchie*, Paris: Le Seuil.
- Lefebvre, Henri (2000 [1974]), *La production de l’espace*, Paris: Economica
- Lefebvre, Henri (1972 [1968]), *Le droit à la ville suivit de Espace et politique*, Paris: Anthropos.
- Mangin, William (1967), “Latin American Squatter Settlements: A Problem and a Solution”, *Latin American Research Review*, 2, p. 65-98.
- Moreira, Inês (2010), “Mapa de Jovens Práticas Espaciais”, *Revista arquitetura*, 21 (11), p. 20-25.
- Olivier de Sardan, Jean-Pierre (1995), *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*, Paris : Karthala.
- Philifert, Pascale (2013), “Le monde professionnel de l’aménagement urbain au Maroc. Peut-on parler de renouvellement ? ”, in Agnès Deboulet, Michèle Jolé (org.) *Les mondes urbains: le parcours engagé de Françoise Navez-Bouchanine*, Paris: Éditions Karthala, p. 239-254.
- Purcell, Mark (2009), “Le Droit à la ville et les mouvements urbains contemporains”, *Rue Descartes*, 63 (1), p. 40-50.
- Purcell, Mark (2002), “Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant”, *GeoJournal*, 58 (2), p. 99-108.
- Rabinovich, Adriana (2013), “L’articulation des savoirs dans les projets urbains”, in Agnès Deboulet, Michèle Jolé, *Les mondes urbains: le parcours engagé de Françoise Navez-Bouchanine*, Paris: Éditions Karthala, p. 285-304.
- Raposo, Isabel; Crespo, José Luís; Lage, Joana (2016), “Participatory approaches in the qualification of semiurbanised periurban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area”, in Manuela Mendes (org.) *Architecture and the Social Sciences Inter and Multidisciplinary Approaches between Society and Space*, Londres: Springer.
- Rocha, Mercedes González de la; Perlman, Janice; Safa, Helen; Jelin, Elizabeth; Roberts, Bryan R.; Ward, Peter M (2004), “From the Marginality of the 1960s to the “New Poverty” of Today: A LARR Research Forum”, *Latin American Research Review*, 39 (1), p. 183-203.
- Schmid, Christian (2012), “Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream”, in Neil Brenner (org.) *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*, Nova Iorque: Routledge, p. 42-62.
- Turner, John F. C. (1976), *Housing by people: towards autonomy in building environments*, Nova Iorque: Pantheon Books.
- Valladares, Licia (1987), “Les initiatives d’autoconstruction dans les villes du Tiers monde : revue de la littérature”, *International Review of Community Development*, 17, p. 13-24.